

MOBILIZAÇÃO E UNIÃO:
O discurso oficial brasileiro sobre a política interna durante a
II Guerra Mundial na revista *Cultura Política*

FERNANDA DOS SANTOS BONET¹

Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade designavam o Estado Novo como um governo autoritário – por ser centralizador e intervencionista –, nacionalista e democrático – por agir de acordo com a tradição nacional e adaptar as instituições à realidade brasileira. De acordo com Azevedo Amaral (1938), por exemplo, o Estado Novo seria identificado com o passado brasileiro, sua Constituição seria coerente com a realidade brasileira e seu caráter democrático estaria expresso na forma de organizar a sociedade, dando oportunidades iguais aos cidadãos. Para Francisco Campos (2002), esse Governo expressaria a verdade nacional e atenderia as demandas brasileiras, de forma que a intervenção do Estado, controlando as atividades nacionais, seria fundamental para assegurar os direitos dos cidadãos; e a centralização, tendo o presidente da República como o centro da organização do Estado e da manutenção da ordem social, garantiria a unidade e a defesa da nacionalidade.

Tais características do Estado Novo, entretanto, podem também ser consideradas os principais elementos que compõem o discurso, publicado em *Cultura Política*², sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, podemos perceber que o Governo procurou, através dessa publicação, divulgar a ideologia do Regime, mas também, atualizar e adaptar esses princípios às condições trazidas, pelo contexto de Guerra, ao Estado Novo, conforme demonstraremos. Com isso, sob nosso ponto de vista, através da apresentação da política interna e externa do Regime ao longo da Guerra e das questões militares, a revista *Cultura Política* visaria defender o Estado Novo, ratificando a importância de um governo autoritário e

¹ Mestre pelo PPGH da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

² Revista editada pelo DIP entre os anos de 1941 e 1945. Sobre *Cultura Política* ver, entre outros, GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimiento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175p. GOMES, A. M. C. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

nacionalista que faria o país crescer e ter condições de realizar a defesa de sua soberania.

Em relação à política interna, a centralização e a intervenção do governo na vida nacional podem ser consideradas os principais elementos desenvolvidos nos textos analisados. Isso se desenvolve, principalmente, através da apresentação do imperativo da união dos brasileiros – a fim de que todos colaborassem com o esforço de guerra desenvolvido pelo governo – e da necessidade de mobilização total da população em geral, dos trabalhadores, em particular, e dos órgãos do governo como, por exemplo, os ministérios e a polícia civil. Segundo os textos, união e mobilização significavam que a sociedade deveria se organizar de acordo com as diretrizes apresentadas pelo governo federal, a fim de que as energias nacionais fossem direcionadas para vencer a guerra. Dessa forma, o Estado Novo guiaria o país, formando uma mentalidade nacional e guerreira.

Mas centralizar e intervir são, também, as bases – implícitas ou explícitas – dos outros assuntos apresentados em relação à política interna do Estado Novo durante o conflito mundial, como a necessidade de produzir mais e desenvolver a indústria nacional; as ações de adaptação do país às circunstâncias da guerra, que o Estado Novo teria desenvolvido; as qualidades desse regime e de Vargas; e a situação brasileira no pós-guerra. Além disso, quando os textos apresentam a explicação sobre o envolvimento do Brasil na Guerra e sobre sua política continental, parecem justificar os assuntos anteriores, ou seja, a necessidade das ações centralizadas e da intervenção do Estado na vida nacional – e o quanto as atitudes do Regime seriam nacionalistas por estarem de acordo com as tradições brasileiras, tanto em relação à aceitação do estado de beligerância quanto na escolha de seus aliados.

No presente artigo apresentaremos especificamente a questão da mobilização e da união nacional. Nesse sentido, a revista *Cultura Política*, ao abordar as questões internas do Brasil envolvendo a guerra, estaria visando, principalmente, despertar na população a responsabilidade de colaborar com as ações do Regime, a fim de se obter êxito no conflito e no auxílio aos aliados, tendo em vista que a necessidade de mobilização nacional, bem como a maneira como isso estaria ocorrendo, aparece em mais da metade dos textos analisados³. Mas não bastaria que o país se mobilizasse.

³ Este artigo apresenta os dados contidos na dissertação “AUTORITARISMO E NACIONALISMO – O

Seria preciso, ainda, que se consolidasse a união dos brasileiros, ou seja, em função da guerra a população deveria permanecer unida, esquecendo possíveis divergências e descontentamentos com o governo. Assim, a guerra deveria ser a única preocupação do Brasil, não havendo espaços para discussões, que seriam retomadas com o fim do conflito.

Quando esses aspectos são abordados pela revista, as principais ideias apresentadas são: a necessidade de se criar uma consciência nacional, uma união, um todo orgânico no país, a fim de que todos focassem suas energias em vencer a guerra, destacando também o quanto isso já estaria ocorrendo; a importância de haver a conjugação de esforços entre os meios civis e militares; a participação dos trabalhadores no esforço de guerra e a atividade da administração pública federal apresentada como eficiente.

A justificativa para a realização da mobilização e da união nacional está baseada na ideia de que a guerra moderna era total, de acordo com 20% dos textos analisados. Ou seja,

todos os esforços vitais do país devem ser postos a serviço do esforço de guerra. Não subsiste mais, na guerra de hoje, a velha concepção obsoleta de “vanguarda” e “retaguarda”. Porque todo o país é um único e imenso front, de vez que todos os seus flancos estão igualmente expostos, e os perigos da guerra [...] não poupam, não excluem, não respeitam ninguém. (JUNIOR, 1943: 248.)

Assim, o conflito atingiria a todos. Por isso, toda a nação participaria dela de forma que homens, mulheres, velhos e crianças, cada um teria seu campo de ação. Nas palavras do Capitão do Exército Nacional, Liberato da Cunha Fiedrich:

nessa luta homérica, sem dó nem piedade, a que a pátria toda é conduzida pela provocação e pelo ódio regado de muita barbárie, só não tomam parte os incapazes, as crianças pequeninas e os valetudinários. Tão necessária é a colaboração dum operário cego como precioso o auxílio do capitalista, como sublimes a dedicação incansável da enfermeira e o sacrifício de nossa juventude ao enfrentar os fanatizados hitleristas no mar, em terra ou no ar. (FIEDRICH, 1943: 207.)

discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial através das páginas da revista *Cultura Política*”, apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao PPGH da PUCRS, sendo sua defesa e aprovação realizada em março de 2010.

A revista *Cultura Política* apresenta, então, através desses textos, as diretrizes de como a sociedade deveria se organizar para colaborar com o Regime, e explicita que a mobilização da sociedade para a guerra ocorreria a partir do Governo federal, por isso apresenta o decreto-lei de mobilização geral como o ponto de partida de todas as atividades, a partir do qual a nação teria passado a pensar exclusivamente na guerra. Assim, o Estado Novo dirigiria a educação, em todos os seus aspectos, e a organização da sociedade de maneira a guiar o povo na formação de uma mentalidade guerreira e nacional.

A apresentação da necessidade de se criar a consciência nacional e de desenvolver uma união ocorre de duas formas nos textos analisados: ou se indica uma maneira de promover a união e a mobilização nacional, dizendo como fazer e explicando as atitudes a serem tomadas e as que não deveriam ser, ou se argumenta que a união e a mobilização estariam acontecendo no Brasil a partir da instauração do Estado Novo, porque o povo e o governo estariam cumprindo suas tarefas.

No primeiro caso, defende-se que através de uma educação dirigida pelo Estado dever-se-ia formar a consciência nacional, a unidade moral interna, o senso cívico e a mentalidade de guerra, promovendo o conhecimento das tradições e da realidade brasileira, pois essa seria a única maneira para enfrentar uma guerra cujo objetivo seria atingir a moral coletiva – sendo, portanto, fundamental a realização disso para manter a independência nacional e obter êxito no conflito mundial. Pensadores, políticos e militares sabiam que na guerra total só resistiriam os povos que constituíssem um todo orgânico, com a consciência de uma tradição e de um destino – uma só língua, homogeneidade física e psicológica. Nas situações contrárias, os países não teriam condições favoráveis para enfrentar uma luta que começaria antes da guerra e que visaria atingir a coletividade em geral, e cada indivíduo em particular, em suas concepções de vida, em sua atitude política, em seu sentimento nacional e suas afinidades morais. Por isso, o Coronel do Estado Maior do Exército, Onofre Muniz Gomes de Lima, afirma que “a mobilização psicológica deve ser compreendida como a formação da mentalidade cívica, com fundamento no conhecimento das tradições do povo e das possibilidades e conveniências nacionais”(LIMA, 1942: 108). A guerra que acontecia, dizia ele, demonstraria a verdade sobre essas ideias, pois os países sem unidade moral interna teriam sucumbido antes mesmo da luta armada.

As populações das cidades deveriam, portanto, se preparar para as surpresas da guerra, se armando com as mesmas qualidades excepcionais de resistência, de coragem e de serenidade que os soldados. Assim, para tratar a segurança no seu real valor, dever-se-ia realizar primeiro a preparação moral do povo – tendo em vista que o objetivo final das guerras teria passado a ser, segundo os textos, o enfraquecimento ou a destruição das forças morais do povo. Mesmo do ponto de vista da guerra militar, o valor dessas forças superaria todos os outros meios. Assim, a população deveria estar preparada para saber se defender contra os ataques aéreos, mas também ter senso cívico e vontade de vencer, ter disciplina e resistência para acatar as medidas de ordem coletivas, suportar as privações e atender a mobilização industrial.

Segundo o Tenente-Coronel do Exército, Correia Lima, por exemplo, a preparação moral do povo, que deveria ser feita em todos os setores da atividade do país, era fundamental para que se mantivesse a independência nacional e para que se alcançassem os objetivos de combate. O autor afirma

É necessário que uma nação esteja sempre apta para a guerra, se quiser estar sempre em condições de manter sua integridade territorial e sua soberania política. Para isso é indispensável: preparar seu povo moral e psiquicamente e organizar suas forças econômicas; criar e desenvolver a mentalidade guerreira através de uma educação cívica e viril adequada; plasmar o caráter da juventude de modo a incutir-lhe confiança e orgulho nos destinos da nacionalidade e em suas tradições heróicas. (LIMA, 1945: 71)

Dessa forma, para realizar a formação moral e cívica dos brasileiros – única maneira de se obter êxito na guerra –, a educação do povo, constituída na preparação moral e intelectual, seria fundamental e, por isso, o Estado deveria ter o interesse de dirigir a educação sob todos seus aspectos, desde o doméstico, até o espiritual. As atividades sociais também deveriam ser nacionalizadas, a fim de se formarem uma mentalidade guerreira, para garantir a paz e a liberdade política. Só assim uma pátria seria realmente soberana e possuidora de unidade nacional. O Ensino, em todos os seus graus e especialidades, segundo os textos selecionados, deveria ser nacional e estatal e os sacerdotes de qualquer credo, os professores e as escolas deveriam ser necessariamente brasileiros. Essa ação educativa (da mãe, do professor, do chefe militar, do diretor espiritual) deveria ser constante, permanente e orientada para se obter

uma moral guerreira que asseguraria, paradoxalmente, a paz, sendo fiadora da sobrevivência nacional como soberania política.

O discurso “A guerra e o dever do jurista”, proferido na solenidade de abertura das aulas da Faculdade Nacional de Direito em 1942 e reproduzido por *Cultura Política*, é um exemplo disso, pois nele o Professor Catedrático de Direito Penal Demóstenes Madureira de Pinho visava desenvolver essa moral guerreira, orientando os universitários sobre qual seria o papel dos estudantes e dos profissionais da justiça no momento de guerra. Segundo ele, o jurista deveria apoiar a guerra como forma de estabelecer a paz, sendo o pioneiro, a vanguarda, encontrando fórmulas, princípios e leis que antecipassem a defesa real do patrimônio moral e material da nação e auxiliar na manutenção e na disseminação por todo o país da fé inabalável nos destinos do Brasil, da confiança absoluta no governo, do entusiasmo em realizar seus deveres. Por isso, Demóstenes Madureira de Pinho afirmou que

o Governo da Nação, a quem incumbe o dever de conduzir e deliberar, conta por certo com a dedicação unânime dos brasileiros e de quantos homens dignos aqui encontram agasalho e sustento. De nada valem, nesse momento, as divergências que mantivemos, as lutas que sustentamos, as campanhas que lidamos. Nesta hora, o que conta é o Brasil, o que vale é a soberania e a dignidade da Nação, encarnadas no prestígio de sua autoridade e na obediência, no apoio absoluto e sem reservas que dermos ao seu Governo. É a confiança que fazemos todos os brasileiros sinceros na direção dos nossos destinos; é a solidariedade integral à política internacional do Brasil; é, em suma, o apoio e a colaboração que dermos às diretivas dos nossos dirigentes; é tudo que dará ao país, a possibilidade de sobreviver a todas as crises, de vencer todos os obstáculos, de alcançar a vitória definitiva dos nossos ideais, pelo fervor com que nos abrasarmos ao seu serviço pela sinceridade com que atendermos aos apelos da Nação, na voz do seu Chefe, e assim teremos cumprido com honra o nosso dever de leais servidores da Pátria.(PINHO,1942: 267)

Ou seja, o então professor clamava para que houvesse o apoio ao governo sem reservas e acima das divergências e das lutas mantidas anteriormente, pois nada valeria mais, naquele momento, do que o Brasil, sua soberania e sua dignidade. Só assim o país teria a possibilidade de sobreviver a todas as crises, a vencer os obstáculos e a alcançar a vitória de seus ideais.

Em função das exigências da guerra, a revista *Cultura Política* explica, ainda, que não haveria tempo nem condições para se pensar nos problemas internos do Brasil, nem questionar as medidas do governo – ao contrário, todos deveriam apoiar o Regime,

sem reservas. A partir disso, podemos considerar que essa revista poderia visar convencer seus leitores de que realmente existiria um perigo eminente, um inimigo externo a ser vencido a fim de desviar a atenção e as energias desses das questões internas do Brasil. Fica evidente, assim, que essa publicação estava ditando a forma como a população deveria ou não se comportar.

Nesse sentido, a hora seria de fadigas e de sacrifícios, de desprendimento e de ardor patriótico por parte do governo e dos trabalhadores. Por isso, não seria possível se preocupar com reformas e mudanças internas, seria preciso vencer a guerra, consolidar a independência política e completar a economia nacional. Segundo o texto “Brasil na guerra⁴”:

A Mobilização Econômica e a sua Coordenação, a Legião Brasileira de Assistência, todas as organizações e serviços internos que a guerra impõe, estão trabalhando para sempre melhor servir à coletividade e melhor atender a todas as necessidades; são provas da nossa compreensão, disciplina e trabalho, espírito de luta e de sacrifício, de renúncia e dedicação, é o que o Brasil espera da maior e melhor parte dos seus filhos.

O momento, então, exigiria união vigilante com indestrutível confiança uns nos outros e repulsa às propagandas e boatos oriundos de fontes suspeitas. Por isso, nem os dissídios classistas, nem os choques de natureza política fariam o Brasil perder tempo. No discurso realizado no estádio do Vasco da Gama em comemoração ao dia da independência brasileira de 1943, Vargas explicou essa situação:

Dispondo de uma frente interna sólida, cumpre-nos somente não desperdiçar forças em tarefas secundárias, porque o objetivo supremo é ajudar a ganhar a guerra e colocar o Brasil em posição de colaborar com as nações vitoriosas no restabelecimento da paz. Não há, nem pode haver para nós, nas circunstâncias atuais, preocupação de maior relevância [...] qualquer desvio de atenção, quaisquer discussões com outros objetivos são condenáveis e nocivos (VARGAS, 1943: 24).

Assim, o Brasil deveria se focar na realização de seu objetivo e não poderia desperdiçar energia em tarefas consideradas secundárias. Não haveria, então, condições para resolver os problemas internos de estrutura definitiva do Estado e nem preocupação mais importante do que vencer a guerra e preparar o Brasil para fortalecer a sua

⁴ Brasil na guerra In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p 190.

independência política e completar a sua independência econômica. A união nacional seria, portanto, um imperativo e a palavra de ordem brasileira.

A necessidade de manter essa mobilização, como dissemos anteriormente, se baseava na idéia de guerra total, ou seja, de não haver fronteiras entre a linha de frente e a população civil. Assim, seria preciso que cada um soubesse cumprir com o seu dever, esquecendo dissensões subalternas, mantendo-se em estreita união e não poupando esforços para defender a honra e a integralidade da Pátria, acelerando a preparação militar e desenvolvendo nos brasileiros a mentalidade de guerra, elevando cada coração acima dos interesses transitórios, desprezando intrigas e mesquinhas. As mulheres (mães, esposas e filhas) deveriam continuar consagradas à assistência afetiva dos entes queridos; os jovens deveriam aprimorar a inteligência e o caráter para poderem oferecer o máximo de seu esforço à pátria; os homens deveriam superar as dificuldades sem temê-las, se tornando cada vez mais produtivos, estivessem eles na fábrica, no campo ou no escritório.

O povo, portanto, deveria manter o espírito em alerta, disciplinado, coeso, laborioso, confiante e com o patriotismo exaltado, a fim de estar preparado para qualquer esforço que a guerra exigisse dos brasileiros. Apenas assim, o Brasil estaria em condições de mobilizar a qualquer momento seus recursos materiais e seus valores morais para sua defesa, ou para honrar os compromissos do Brasil na cooperação panamericana.

Quando a revista *Cultura Política*, então, apresenta a maneira de promover a união e a mobilização nacional, apontando as atitudes a serem tomadas ou não, ela desenvolve a ideia da necessidade do governo dirigir a educação do povo a fim de despertar o senso cívico e patriótico, e, além disso, que o povo deveria se unir, apoiar o governo, sendo que cada indivíduo deveria fazer seu papel na sociedade e no esforço de guerra, de forma que não haveria tempo para se pensar em outros problemas a não ser o de vencer a guerra. Essas ideias, conforme mostramos acima, indicariam as características do Estado Novo de centralizar no governo federal as tomadas de decisões e de intervir na organização da sociedade brasileira.

Essas características do Regime, porém, não foram criadas pelos articulistas dessa revista. Elas foram desenvolvidas, em sua maioria, ao longo das décadas de 1920 e 1930, por intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e

Almir de Andrade, e explicaram e justificaram o Estado Novo. Segundo Oliveira Vianna (1939), por exemplo, o Estado Novo teria sido instaurado, pois apenas um governo centralizado e forte seria capaz de preservar a soberania nacional, resguardando a integridade do país e a ordem interna. Podemos considerar, então, que a revista *Cultura Política*, ao apresentar as ideias acima referidas, estaria dando continuidade ao discurso desses intelectuais, mesmo em um contexto de guerra, uma vez que, semelhante a eles, estaria legitimando o Regime e suas ações através da necessidade do governo forte, centralizado e interventor para promover a defesa da soberania brasileira e da ordem interna.

Mas além de explicar como promover a união e a mobilização nacional, *Cultura Política* argumenta que essas ações já estariam acontecendo no Brasil. Nesse caso, segundo os textos, a população estaria atendendo aos chamados de mobilização do governo, envolvendo-se ativamente nas ações promovidas pelo mesmo. Sendo assim, a população brasileira teria bem definida a sua consciência nacional e esta estaria atenta para preservar os ideais brasileiros e para realizar, como estaria fazendo, a mobilização total do país. O povo, portanto, teria adquirido nova mentalidade e o governo cuidaria de todos os aspectos do país.

Assim, segundo *Cultura Política*, existiria a compreensão da população sobre a necessidade do Brasil se unir, esquecer as divergências e os particularismos, para só cuidar dos objetivos supremos da defesa da pátria. Por isso, a população teria se envolvido ativamente na mobilização para o esforço de guerra brasileiro, realizando doação de objetos de metal, de valores em dinheiro para a defesa nacional, participando dos cursos de defesa passiva e nas ações da LBA. Essa compreensão explicaria também porque todas as resoluções sobre mobilização teriam sido recebidas com a maior boa vontade e produziram as melhores impressões, ficando demonstrado que existia o espírito de compreensão e colaboração entre todas as classes para solucionar os graves problemas do momento.

De acordo com o artigo “Três discursos do Presidente”:

As forças que significam trabalho, produção e progresso, libertas de influencias políticas dos objetivos particulares que forjaram as galas de outras épocas, aí estão integradas, com as suas funções e responsabilidades definidas, no organismo do Estado e colaboram com o Governo na marcha dos negócios públicos.

São as forças que criam e “fazem o quanto podem para auxiliar o esforço do Brasil e dos seus aliados, produzindo materiais e transportando-os às usinas e às frentes de combate”.

*Apoiadas nelas, o Presidente sente-se robustecido e suficientemente forte para dirigir-se à Nação e esclarecê-la acerca da conduta que traçou*⁵.

Assim, o Brasil viveria em uma atmosfera saturada de sadio patriotismo. O povo apresentaria nova mentalidade e o governo realizaria e se preocuparia com tudo o que o país precisava para crescer. Por isso, Getúlio Vargas afirmou que se assistia no Brasil “[...] à mobilização das forças morais e materiais da Nação, marchando decididamente para sustentar, por todos os meios, os nossos ideais de povo cristão, que ama o progresso e cultua as tradições herdadas” (VARGAS, 1941: 8).

Essas ideias parecem querer mobilizar os leitores da revista a fazerem o que, supostamente, muitos já estariam fazendo: aderindo às campanhas do governo. Dessa forma, poderíamos considerar essa outra estratégia para dizer como cada um deveria se comportar na visão do Regime, demonstrando novamente seu caráter interventor e centralizador. Mas outra questão nos chama a atenção na apresentação desses assuntos. Por que haveria a necessidade de pedir a união nacional ou de mostrar que ela existia em função da guerra se o Estado Novo teria promovido isso desde 1937? Conforme indica, por exemplo, Francisco Campos (2002), desde a instauração do Estado Novo teria ocorrido no país a unificação do Estado e do país, pois haveria apenas um governo, um líder e um exército, sendo que a nação teria adquirido consciência de si mesma.

Nesse caso, poderíamos considerar que a revista *Cultura Política* não apenas estaria continuando ou atualizando o discurso dos intelectuais, mas indicando uma situação que ainda não estaria bem resolvida, mas que em função da uma Guerra poderia ser solucionada caso a população fizesse sua parte. Ou seja, essa publicação estaria utilizando o advento da Guerra e do envolvimento do Brasil nela para tentar promover a união nacional, garantindo, com isso, mais apoio da população ao Governo. Assim, a apresentação de um inimigo externo e comum a todos os brasileiros, a argumentação de que esse só seria vencido com a participação de toda a população e de que, por isso, não haveria espaço para se pensar nos descontentamentos políticos internos, ou nos interesses individuais, pode ser visto como uma forma de tentar promover a união nacional, desmobilizando uma possível oposição ao Regime. Segundo Edgar Carone (1976), os grupos de oposição se preocupavam com a questão da união nacional em função do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, mas que

⁵ Três discursos do Presidente. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 22.

esses se dividiam entre os que queriam que isso ocorresse através da liderança de Vargas e, por isso, não faziam mais críticas ao Estado Novo, e aqueles que entendiam a importância de se promover a união nacional no contexto de guerra, mas realizavam críticas ao Governo.

O que nos leva a considerar que a revista *Cultura Política* estaria demonstrando não só a importância dessa união no contexto de guerra, mas o quanto o Regime de Getúlio Vargas era o ideal para promovê-la. Isso ficaria explícito ao demonstrar, através das ideias apresentadas acima, que apenas com um governo com as características de centralizar e intervir poderia organizar o país para defender sua soberania, preservando a ordem interna.

Nesse sentido, além da preparação da população criando uma mentalidade guerreira, unindo e mobilizando o povo, a revista *Cultura Política* explica outras ações que deveriam ser tomadas no esforço de guerra interno como a necessidade de desenvolver a conjugação de esforços entre os meios civis e militares, a fim de garantir a eficiência da defesa do território nacional e, posteriormente, o êxito dos soldados brasileiros enviados para frente de batalha e para a consolidação dos progressos brasileiros no pós-guerra. Os textos da revista, então, ratificam os motivos e os resultados que se obteriam da união e da mobilização nacional.

Assim, a defesa ativa, apresentada como o meio mais eficaz para rechaçar um ataque aéreo ou aeronaval, exigiria completo esforço harmônico e coordenado entre as unidades navais, aéreas e terrestres, com entendimento mútuo e doutrinação prévio, além da necessidade de estabelecer comandos civis tão importantes no esforço de guerra quanto os comandos militares, pois seria a organização civil que evitaria o colapso militar e conduziria à vitória.

Os homens deveriam, então, ser selecionados por critérios rigorosamente funcionais para que fossem encaminhados para os postos onde melhor pudessem servir, de acordo com suas aptidões para produzir o maior rendimento. Por exemplo, os técnicos não deveriam ir para frente de batalha, pois seus cargos ficariam vagos e seriam ocupados por pessoas sem a mesma competência ou capacidade. Além disso, “um bom técnico poderia ser um mau soldado, e um bom soldado poderia vir a ser um mau técnico” (JUNIOR, 1943: 249). A partir disso, segundo os textos analisados, os pescadores deveriam ser mobilizados para comporem a reserva das guarnições navais, e

isso é justificado através da apresentação da história do envolvimento dos pescadores nas lutas em defesa do Brasil, antes da independência mostrando-os como herdeiros da bravura indígena dos povos litorâneos e, também, da apresentação da opinião dos ingleses sobre o uso desse pessoal na defesa nacional, concluindo, então, que eles deveriam ser mobilizados e treinados pela marinha.

O Brasil precisava estar mobilizado e unido, também, para assegurar o êxito dos soldados brasileiros para frente de batalha. O Brasil só seria, então, uma nação forte, grande e digna se os brasileiros soubessem manter a coesão interna e a solidariedade total e permanente. Essa atitude seria fundamental para que se vencessem as contingências e as preocupações egoístas, tendo em vista que o Brasil empenharia a vida de seus jovens soldados nos campos de batalha ao lado dos combatentes aliados.

Esses elementos, além de demonstrarem as características intervencionistas e centralizadoras do governo, ao indicar como deveria ser a postura da população naquele momento e após a guerra, conforme explicamos anteriormente, expressam outra estratégia para persuadir o leitor de *Cultura Política* da importância de se realizar a mobilização e a união: apresentar os perigos da guerra e a função de cada um nela. Assim, divide a responsabilidade do êxito do esforço de guerra, da participação efetiva do Brasil na luta armada e das condições do país no pós-guerra com toda a população brasileira, utilizando, mais uma vez, o conflito mundial para assegurar maior apoio ao Regime e às suas ações.

Mas, da mesma forma que se explica como a sociedade deveria estar preparada e organizada para os esforços de guerra, os textos de *Cultura Política* apresentam como essa sociedade já estaria respondendo aos apelos do Governo. Mais uma vez, então, podemos considerar essa forma de apresentar a situação interna brasileira como uma estratégia para persuadir o leitor da revista da forma como ele deveria agir para ser um bom cidadão, patriota e colaborar com o Governo. Ao dizer que todos ou muitos estariam respondendo aos apelos do governo, poderia ocorrer o incentivo para que realmente houvesse essa mobilização que, conforme o estudo de Cytronowicz (2000), não teria ocorrido de fato, pois a população não teria aderido, apesar dos esforços do governo de criar a ideia da necessidade de formar a frente interna em razão das necessidades do país na guerra.

Segundo este autor, a guerra serviu como álibi para muitas medidas do Governo, sendo a mobilização da população uma forma de inserir o Brasil no conflito mundial. Tratados como soldados do front interno, os trabalhadores e os imigrantes foram realmente mobilizados para uma guerra, sendo esses últimos tratados, muitas vezes, como inimigos da pátria. Mas esses apelos do Regime para a mobilização, que objetivavam um “violento enquadramento segundo os ideais de ordem do Estado Novo” (CYTRONOWICZ, 2000, p.35), não teriam sido aderidos pela população, mesmo tendo criado a ilusão de que era preciso haver, na frente interna, a solidariedade coletiva, em função das necessidades comuns.

Esse esforço do Regime ficou expresso nas páginas de *Cultura Política* e pode ser percebido quando se afirma, por exemplo, que o brasileiro era bravo, altivo e cioso da sua honra, correspondendo de modo eficiente aos apelos das armas; ou que em toda parte – nos quartéis, nas fábricas, nas cidades e nos campos – o trabalho e a preparação bélica obedeceriam ao mesmo ritmo acelerado; que as forças de terra, do mar e do ar, estariam se apresentando para a luta e já revidariam os golpes traiçoeiros do inimigo com denodo e vigor; e que a gente moça do Brasil estaria apresentando excelente ânimo combativo. Ou, ainda, ao afirmarem que as manifestações de exaltação patriótica estariam se concretizando na “massa excepcional de voluntários” que teriam se alistado para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB). E que a notícia dada por Vargas, de que o Brasil participaria efetivamente da guerra enviando soldados para as frentes de batalha, teria sido “recebida com satisfação e ânimo forte” pelo povo, pois segundo o artigo “Três discursos do Presidente”:

Nós, brasileiros, que estamos vivendo uma das crises mais decisivas da história da Humanidade, nunca alimentamos a ilusão de que o conflito atual se resolveria sem a participação integral dos que nele ingressaram. Sempre tivemos a certeza nítida de que não poderíamos fugir aos imperativos da luta, para a qual, aliás, nos vimos preparando intensamente desde os primeiros momentos. Por isso, a notícia divulgada pelos próprios lábios do Presidente foi recebida com satisfação e ânimo forte⁶.

De acordo os textos analisados, portanto, o brasileiro seria guerreiro, varonil e saberia lutar sem ser provocador e conquistador, seria guerreiro por patriotismo, e o

⁶ Três discursos do Presidente. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 26.

Corpo Expedicionário seria a continuidade dessa tradição. Além disso, o texto “Dois anos de Guerra” enfatiza que a Força Expedicionária seria composta por elementos da elite nacional e que seriam “tipos humanos de um padrão normal, quase atlético, de corpos perfeitos, prontos e fisicamente capazes de resistir às mais árduas provas [...]”⁷ e que reunia “filhos de todos os Estados, irmanados pelo mesmo sentimento e pelo mesmo pensamento: amar o Brasil e defendê-lo contra o nazi-fascismo”⁸. Essa seria, de acordo com o artigo, a verdadeira imagem da unidade de sentimento e de ação do Brasil.

Sobre essa questão da FEB ser formada por homens de todos os estados do país e isso representar a união do país em sentimentos e em ações, podemos considerar que o discurso oficial publicado em *Cultura Política* visava demonstrar que, apesar da união nacional ainda não estar completamente realizada, conforme discutimos antes, o Estado Novo estaria se esforçando para concretizá-la e a organização da FEB seria um reflexo disso. Logo, essa forma de governo estaria conseguindo colocar em prática o que antes foi apontado, nessa mesma publicação, que deveria ser feito para tornar o país forte e grandioso.

Ainda intervindo na vida nacional e ditando a forma como a sociedade deveria ser organizada e se comportar para colaborar com os esforços de guerra do Brasil, os textos analisados explicam a função do trabalhador e do empregador nesse contexto. Nesse sentido, afirmam que o empregador deveria amparar em parte seu empregado convocado, pois indiretamente este defenderia seu patrimônio, dependente da segurança nacional. E que os operários e funcionários civis das indústrias bélicas do país teriam sido mobilizados para fins militares. Da mesma forma que se justificava a preparação moral e cívica da população em geral e sua colaboração com as forças militares como fundamentais para o esforço de guerra, essa medida para os trabalhadores também se baseia no argumento de era preciso o máximo de rendimento durante a guerra, sendo a mobilização deles fundamentais para o êxito das ações militares, que dependeriam cada vez mais da boa organização dos serviços da retaguarda e da mobilização total dos recursos dos beligerantes.

⁷ Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944). In: **Cultura Política**, agosto, 1944, nº 43, p. 30.

⁸ Idem.

Isso justificaria as ações do governo, suspendendo muitos dos direitos trabalhistas. Mas segundo a revista *Cultura Política*, essa notícia teria sido recebida com alegria pelos operários brasileiros, pois eles poderiam dar seu esforço em favor da Pátria. O texto “Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)” justifica essa medida: “quando os brasileiros são obrigados a deixar os seus lares para pegar em armas, formando as novas unidades que hão de garantir a soberania do Brasil frente ao inimigo, é natural que todos concorram para tornar-lhes mais suave o tributo”⁹ e renunciem algumas regalias em prol da nação.

Os textos desenvolvem a ideia de que os trabalhadores formavam um exército de reserva mobilizado, onde o trabalho de cada setor deveria ser intensificado no objetivo comum. Getúlio Vargas, no discurso de 1º de maio de 1943, apresenta as diretrizes para esse setor:

Hoje, mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários nas máquinas, marinheiros nos aviões, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores de indústrias, almirantes nos mares ou generais nos postos de comando – todos estão sob o mesmo imperativo: fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca (VARGAS, 1943: 12-13).

Os trabalhadores, segundo Vargas, deveriam, ainda, ficar em alerta e colaborar com a ação das autoridades policiais contra os espíões, sabotadores e quinta-colunas sem ter receio ou temores do futuro. O Estado Novo teria o direito de pedir sacrifício e empenho a eles, pois teria lhes dado vantagens trabalhistas e atendido às suas justas aspirações ao se colocar como juiz das relações trabalhistas distribuindo equitativamente vantagens e evitando os choques.

Assim, o Governo determinaria qual a postura que os trabalhadores deveriam assumir para colaborar com os esforços, realizados pelo Estado Novo, na defesa do país e na mobilização de guerra. Mas nota-se que, enquanto a mobilização da população em geral foi justificada pelas necessidades de uma guerra total, a organização e as atitudes referidas pelo Governo aos trabalhadores deveriam ser cumpridas, devido a tudo o que o Regime teria feito à classe, como a criação da legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho. Assim, o Regime parece se colocar em uma posição de alguém que teria feito

⁹ Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943). In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p 37.

um grande favor e que, no momento oportuno, pede a retribuição disso – no caso, o apoio dos trabalhadores, que seriam, por isso, obrigados a realizá-lo¹⁰.

Dessa forma, segundo os textos, o Governo teria preparado a nação para que fosse possível realizar a mobilização defensiva e de esforço de guerra. A compreensão do povo de que as responsabilidades do Brasil abrangeriam a totalidade dos brasileiros – e particularmente os que tinham funções de comando – teria facilitado a grande tarefa de reduzir os sacrifícios e de se fortalecer ao longo do conflito. O governo teria, então, procurado conduzir as atividades do parque industrial e tomar medidas de mobilização geral e a elas teriam antecedido as de caráter preparatório: reorganização dos quadros, reaparelhamento de fábricas, ensino técnico, especializado, educação cívica da juventude, construção de quartéis, reformas de serviços sanitários, de comunicações e de intendência e aquisição de material moderno para a formação de combatentes auxiliares. O que demonstraria que o Governo estaria fazendo a sua parte no esforço de guerra nacional e, portanto, que seria melhor para o país ser dirigido por um Regime como esse, centralizado e forte para intervir na vida nacional e organizar o país de acordo com as suas necessidades e as necessidades do momento.

Com isso, acreditamos ter ficado evidente que ao ser abordada a questão da união e da mobilização nacional, nos diversos aspectos apresentados, os textos da revista *Cultura Política* estariam, na verdade, demonstrando a necessidade de um governo centralizado e intervencionista para impulsionar a organização nacional para o esforço de guerra, e o quanto o Estado Novo teria essas características e estaria sendo capaz de realizar isso.

REFERENCIAS

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura. Seu conteúdo ideológico**. Versão para *e-book*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

¹⁰ Sobre a relação do Estado Novo com os trabalhadores ver GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005; e Paranhos, Adalberto. **O Roubo Da Fala: Origens Da Ideologia Do Trabalhismo No Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo** (1937 – 1945). São Paulo: DIFEL, 1976.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. 2 ed. Companhia Editora Nacional, 1939.

REFERENCIAS DE FONTES

CRÔNICA DO BRASIL NA GUERRA (de agosto de 1942 a agosto de 1943). **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

DOIS ANOS DE GUERRA (de agosto de 1942 a agosto de 1944). **Cultura Política**, n. 43, ago. 1944.

FIEDRICH, Liberato da Cunha. O Exército e a guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

JUNIOR, Peregrino. Seleção e preparação do material humano para a guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

LIMA, Correia. Mobilização moral e psíquica. **Cultura Política**, n. 49, fev. 1945.

LIMA, Onofre Muniz Gomes de. Mobilização Nacional. **Cultura Política**, n. 20, out. 1942.

O BRASIL NA GUERRA. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

PINHO, Demóstenes Madureira de. A guerra e o dever do jurista. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

TRÊS DISCURSOS DO PRESIDENTE. **Cultura Política**, n. 37, fev. 1944.

VARGAS, Getúlio. Discurso de 1º de maio. **Cultura Política**, n. 28, jun. 1943.

VARGAS, Getúlio. O discurso de 7 de setembro. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

VARGAS, Getúlio. O discurso de 10 de novembro. **Cultura Política**, n. 10, dez. 1941.